

Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América Portuguesa

AS PROJEÇÕES

Em 1537, Pedro Nunes, o célebre cosmógrafo real de D. João III, declarou que os portugueses haviam descoberto muitas coisas novas em suas navegações pelo Atlântico, novas ilhas, novos mares e novos povos. Mas o que o deixou mais impressionado foi o fato de terem eles descoberto “um novo céu e novas estrelas”, descrevendo céus até então desconhecidos para os euro-

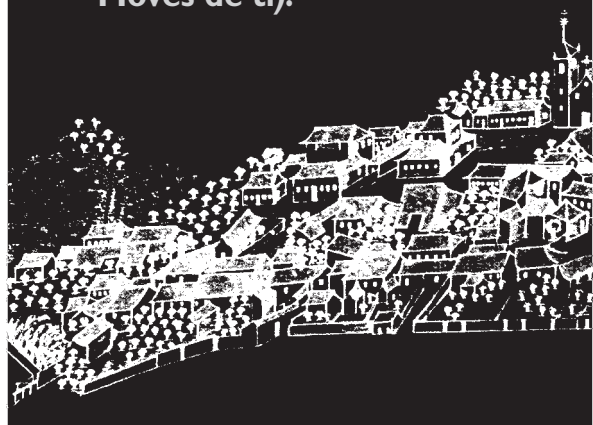
AMILCAR TORRÃO FILHO é mestrando em História na Universidade Estadual de Campinas, onde realiza pesquisa sobre o urbanismo em São Paulo colonial.



*“Pra onde vão os trens
meu pai? Para Mahal,
Tamí, para Camirí,
espaços no mapa, e
depois o pai ria:
também pra lugar algum
meu filho, tu podes ir e
ainda que se mova o trem
tu não te moves de ti”*

(Hilda Hilst, Tu Não te

Moves de ti).





peus que possibilitavam a descoberta de novas terras ou situar um navio em qualquer lugar do mundo. “Como acontece com os modernos direitos de tecnologia ou de propriedade intelectual, os portugueses reivindicavam o direito de monopolizar o acesso às regiões que não se poderiam atingir sem as técnicas que eles foram os primeiros a desenvolver” (Seed, 1999, pp. 143-5). Juntamente com a conhecida carta escrita por Pero Vaz de Caminha, o rei de Portugal recebeu dos seus primeiros súditos a aportarem em Porto Seguro outra carta de Mestre João, chefe dos pilotos, com a descrição cuidadosa de como ele havia determinado a latitude do Novo Mundo utilizando a posição do Sol (Seed, 1999, p. 144). Ciosos de suas conquistas e dos proveitos que delas advinham, os portugueses tinham noção de que isso implicava uma maneira de se apossar dos espaços descobertos e neles garantir a sua preeminência. Nesse sentido, em que medida as cidades se inserem na conquista e na posse desses espaços de exploração de riquezas e de expansão dos valores cristãos, tão importantes quando da descoberta do Novo Mundo? Que imagem foi construída dessas cidades erguidas pelos portugueses debaixo dos céus descobertos por seus navegadores e astrônomos?

Meu interesse neste artigo não é a conformação física das cidades construídas na América por portugueses ou espanhóis, o planejamento urbano que elas porventura tenham tido, nem saber qual delas era mais *ordenada* ou *racional*, mas justamente entender como se constroem essas imagens sobre elas. Dessa forma não pretendo confirmar as afirmações de que as cidades lusobrasileiras são ordenadas ou desordenadas, planejadas ou espontâneas, nem em que medida elas são mais ou menos diferentes das cidades hispano-americanas. Não são as cidades *reais* o meu objeto, mas sim as suas projeções.

Se as cidades podem ser vistas em muitos aspectos, do ponto de vista dos colonos, como um “mal necessário, como se fossem parasitas dos produtores rurais, competindo com os colonizadores no processo de extração de excedente”, por outro lado, “os colonos não podiam fazer nada sem as cidades. As exigências da colonização demandavam evidentes funções urbanas” (Ross e Telkamp, 1985, p. 1). Essas funções são aquelas relacionadas à exigência de portos para escoamento da produção colonial, finanças, segurança, com o crescimento da presença de fornecedores, comerciantes, artesãos, etc. Mas o que torna uma cidade uma cidade colonial? Para Anthony King este conceito é amplo e engloba uma grande variedade de experiências no tempo e no espaço, mas podemos considerar algumas características comuns: domínio de uma população indígena por uma minoria estrangeira, etnicamente diferente; o encadeamento de civilizações radicalmente distintas em alguma forma de relacionamento; a imposição de uma sociedade industrial sobre uma sociedade não-industrializada (apenas para o caso do século XIX); um relacionamento antagônico no qual o povo colonizado é submetido a instrumentos de poder colonial (King, 1985, p. 9). Para entender as cidades coloniais é necessário ainda ter em conta que tipo de cultura urbana os colonizadores encontram nos territórios conquistados e quais os motivos e circunstâncias da colonização; em suma, essas cidades variam no tempo e no espaço,

bem como na sua intenção. Assim, a cidade pode ser entendida como “uma ponta-de-lança da penetração econômica, política e cultural, segundo a qual a organização, ou reorganização, estrutural da sociedade ou do território colonizado tem lugar” (King, 1985, p. 13). No caso da colonização portuguesa e espanhola na América elas possuem, além de funções administrativas e econômicas, um caráter de difusoras da cristandade e do modo de vida europeu, que Anthony King (1985, p. 16) chama de “hispanicização” e “cristianização”. Dessa maneira, a manutenção de índios e colonos em aldeamentos e cidades facilitaria a difusão desses valores cristãos e europeus.

No entanto, muitos trabalhos que tratam das cidades no mundo colonial demonstram que havia uma diferença muito grande entre a importância que davam portugueses e espanhóis aos núcleos urbanos como elementos de conquista dos espaços coloniais. Mais do que diferença, uma oposição total entre as duas formas de construir e encarar as cidades. Em 1936 Sérgio Buarque de Holanda, em seu célebre *Raízes do Brasil*, declarou que “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos” (Holanda, 1988, p. 41). Na América Espanhola o traçado dos centros urbanos denuncia o “esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana” (Holanda, 1988, p. 62). Já os portugueses, mesmo em seus melhores momentos, sua obra colonizadora “teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização” (Holanda, 1988, p. 74), já que não convinha que se fizessem grandes obras a menos que produzissem benefícios imediatos. Fruto de um realismo extremo, “que aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria”, a cidade que os portugueses construíram na América “não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que

exprime a palavra ‘desleixo’ [...]” (Holanda, 1988, p. 76). Esse sentimento de que “não vale a pena”, essa “ordem que aceita”, ao contrário da industriiosidade espanhola, que faz “com desleixo e certa liberdade”, é a ordem do semeador, ao contrário daquela que compõe com o trabalho, que é a do ladrilhador (Holanda, 1988, p. 82). Nessas metáforas Sérgio Buarque de Holanda definiu a oposição que separaria as cidades portuguesas das cidades espanholas na América: as primeiras nascidas e crescidas sob o signo da desordem e da improvisação enquanto as últimas são produto “mental”, de traçado uniforme, planejado e ordenado.

Robert Smith levou ainda mais longe essa oposição ao afirmar que as cidades portuguesas “cresceram sem planejamento, numa espécie de confusão pitoresca que é típica das cidades luso-brasileiras, tanto quanto a ordem e a clareza são típicas do urbanismo da América Espanhola” (Smith, 1955, p. 7). Enquanto os espanhóis desenvolvem na América o plano em grelha, ou tabuleiro, antes mesmo que ele se estabeleça e seja aceito na Europa, os portugueses reproduzem em suas conquistas o “desconfortável” sistema medieval baseado na defesa pela ocupação de lugares altos, daí a preferência dos portugueses pela ocupação das áreas litorâneas no Brasil, enquanto os espanhóis optam pelo interior (Smith, 1955, pp. 7-8). Seguimos aqui a ordem do semeador e do ladrilhador, pois, se os espanhóis transformam a natureza pelo planejamento e pelo artifício de sua industriiosidade, os portugueses apenas *semeiam* seus pequenos e pitorescos núcleos urbanos pela costa, “arranhando-a como caranguejos”, onde a necessidade de artifício é menor. Se os espanhóis estavam na vanguarda do urbanismo em suas cidades na América, os portugueses revivem velhas “irregularidades medievais” no Novo Mundo (Smith, 1955, p. 10). O traçado medieval, com suas “ruas tortas e terreiros desiguais”, é uma regressão na medida em que abandona o traçado em xadrez já usado anteriormente na Mesopotâmia, no Egito e nas cidades greco-romanas. Sua renascença na América Espanhola representa “a

revitalização de um lugar-comum da antigüidade”, uma das maiores contribuições da América à história do urbanismo (Smith, 1958, p. 15). Assim, não pode haver dois tipos de urbanismo mais opostos: o espanhol empregando a forma rígida do xadrez clássico, povoações localizadas em sítios planos no interior, selecionados com cuidado, seguindo um código rígido de instruções que deram origem às famosas Leis das Índias; e o português, que escolhia os sítios mais acidentados do litoral, cujas cidades cresceram sem planta prévia, com ruas estreitas e íngremes, dificultando a comunicação. “As formações que resultaram são todas diferentes, desordenadas e extremamente pitorescas” (Smith, 1958, p. 22).

Essa “extrema pobreza em cidades” que caracteriza o Brasil colonial não corresponderia apenas às condições de nossa colonização, à imensidão do território ou à pequena população de Portugal, mas seria também um reflexo “da tradição portuguesa da época e, mais proximamente, resultava do regime dominante das capitâncias hereditárias” (Azevedo, 1956, p. 14). Tradição medieval ou “*antiurbanismo* generalizado no Brasil de então” (Azevedo, 1961, p. 26), os males do Brasil são? Apesar de pequenas e mal-calçadas, apesar do antiurbanismo português, algumas aglomerações urbanas alcançavam foros de cidade sem que houvesse justificativa, como afirma Aroldo de Azevedo. A cidade de Filipéia, ou Paraíba, “evidentemente não deveria ter recebido semelhante honraria, não fossem motivos fortuitos e ocasionais” (Azevedo, 1956, p. 20). Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, antiga feitoria, é elevada à categoria de cidade em 1615, “sem razões poderosas que justificassem a medida” (Azevedo, 1956, p. 22). Da mesma forma Mariana, em 1745, como sede de bispado, e Oeiras, em 1761, por influência do conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, são elevadas à nobre categoria de cidade igualmente sem nada que justificasse, a não ser “a vaidade de um poderoso ministro e as exigências da Igreja”, em detrimento de outras vilas “que maiores razões possuíam para receber tal galardão” (Azevedo, 1956, p. 37).

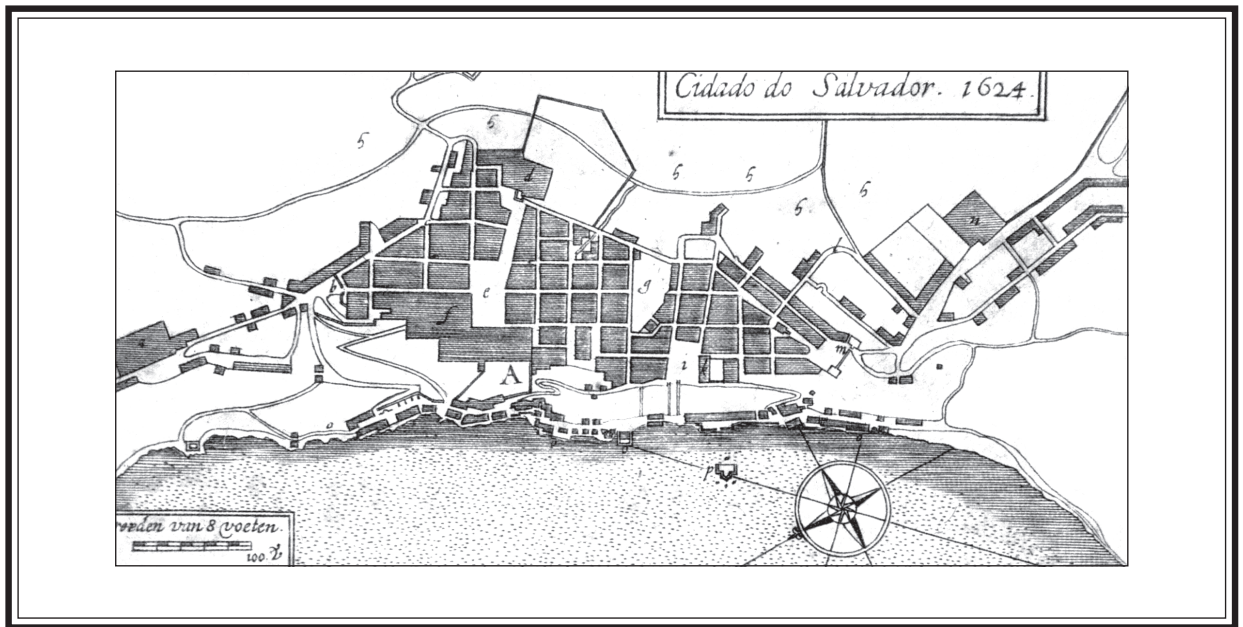
S. Salvador/
Baya de todos
los Santos
(esta ilustração
e as seguintes
pertencem ao
livro *Imagens
de Vilas e
Cidades do
Brasil Colonial*,
de Nestor
Goulart Reis,
São Paulo,
Edusp, 2001)

Em raro estudo dedicado exclusivamente à cidade colonial no Brasil, diz Nelson Omegna que por ser mais rural do que citadino o português timbrou por ignorar a ordem na edificação das cidades, “nada inventou ou criou no planejamento das vilas nas novas terras da América” (Omegna, 1971, p. 9). Os colonos portugueses não cuidaram de incrustar a cidade na paisagem, apenas “afundavam-na” no solo, semeavam-na, podemos dizer. “E o faziam tão sem cuidado que quase todas as nossas vilas inauguradas nos séculos XVI e XVII foram postas pelos seus fundadores em sítios inadequados; por isso vemos que a maioria delas teve de se trasladar para novos locais” (Omegna, 1971, p. 10). Pobreza e insignificância são as características principais dessas cidades, que sofriam a competição da roça, “onde as fortunas florescem nas casas-grandes” (Omegna, 1971, p. 50). Com exceção de uns poucos portos, vilas mineiras ou centros que concentram a burocracia, as cidades “vivem em modesto regime de auto-suficiência, servidas por um

aparelhamento singular, com fraco comércio e nenhuma indústria”, não desenvolvendo, a bem dizer, verdadeiras atividades urbanas (Omegna, 1971, p. 29).

Improvisadas e, conseqüentemente, provisórias. Havia no Brasil “um certo desapego ao lugar, o que se revelava no desleixo da própria urbanização. Por mais de um século os colonos quase sempre encaravam o Brasil como coisa provisória [...]” (Araújo, 1997, pp. 31-2). E esse sentido do provisório e do fugaz revelava-se no “desleixo da urbanização”, ou mesmo na falta de urbanização (Araújo, 1997, p. 37). Em Salvador, por exemplo, a maior cidade da colônia, “era tudo acanhado, de poucas ruas, poucas casas, poucas pessoas, vida monótona, modorrenta, só animada em dias de festa ou de comércio graúdo, quando muita gente dos engenhos vinha à cidade para despachar o açúcar e comprar coisas supérfluas” (Araújo, 1997, pp. 37-8). Confirma-se aqui o caráter secundário, e mesmo parasitário da cidade colonial, fornecedora do “supérfluo”, que vivia apenas em função





da população que habitava os engenhos onde se produzia a verdadeira riqueza do “país”. Emanuel Araújo lembra, como exemplos dessa pequenez e acanhamento, que, em São Paulo, talvez a mais acanhada de todas as vilas, em 1585 moravam apenas seiscentos *brancos* em 120 casas (Araújo, 1997, pp. 38-9; grifo meu), e em 1765, em todo o seu perímetro urbano não havia mais do que novecentas edificações e a população *livre* não chegava a quatro mil habitantes (Araújo, 1997, pp. 41-2; grifo meu). As poucas cidades que havia, quando não eram apenas pontos de passagem entre as mercadorias do interior e os portos que as levavam à Europa, serviam como escolas da vadiagem, do crime e do vício. De fato, havia um *hábito colonial* arraigado na população: “o desprezo pela cidade, pela coisa pública” (Araújo, 1997, p. 51). São, por isso, essas cidades “mal localizadas e ralmente habitadas, quase sempre de ruas estreitas e imundas”, abrigando uma população “em sua maioria de gente que ocupava construções acanhadas e miseráveis” (Araújo, 1997, p. 82).

Na obra de colonização portuguesa, quase não há Estado, afirma Paulo Marins, sendo ela, assim como a criação de suas vilas, obra de particulares, que criavam seu próprio “urbanismo”, sem obedecer a regras precisas. Nem mesmo encontraram os

portugueses o exemplo urbanístico tão desenvolvido dos grandes impérios conquistados pelos espanhóis como os incas e os astecas, nada mais do que “a desconcertante visão de florestas irreconhecíveis e de silvícolas em edênica nudez” (Marins, 2001, p. 45). Essa cidade construída em meio a uma natureza “totalitária” é ambígua, sem rigor e sem planificação geométrica como a cidade criada pelos espanhóis, é criada livremente, seu traçado sendo comandado “pela topografia ou, quem sabe, pelas sedutoras ‘sugestões’ dos proprietários” (Marins, 2001, p. 82). “Improvizava-se um tecido de aspiração urbana, como improvisava-se a própria conquista de um território quase inútil, imensamente extenso e desarticulado aos olhos lusitanos” (Marins, 2001, p. 45). Nada mais do que entrepostos entre os engenhos e os portos que levavam a sua produção à Europa, tributárias e secundárias em relação à economia exportadora, ligando-se apenas ao pequeno comércio, ao menos nos anos anteriores às invasões holandesas, as cidades eram “apenas sedes políticas e religiosas” (Marins, 2001, p. 55).

Ordem, desordem, planejamento, desleixo são as oposições que marcam as imagens sobre as cidades coloniais no Brasil. Nestor Goulart Reis Filho procurou demonstrar que a desordem não foi tão grande como se preconiza, existindo medidas

*Estampa
que ilustra
o livro de
Henry Hondius
(1625)*

concretas “tão antigas quanto o plano de Luiz Dias para Salvador e tão amplas e detalhadas como a Carta Régia de Criação da Capitania de São José do Rio Negro, em favor de uma urbanização regular” (Reis Filho, 1968, p. 16). Observa ele que os autores que trataram da cidade no período colonial situam a formação e evolução urbana como obras do acaso. Contudo, “a regularidade com que certos elementos se repetem em nossas vilas e cidades, em condições determinadas, exigia pelo menos que se abandonasse a idéia de um fenômeno aleatório e forçava a aceitação, também para as formações brasileiras, de algumas formas de condicionamento” (Reis Filho, 1968, pp. 16-7). Uma certa forma de regularidade não poderia faltar às cidades portuguesas na América uma vez que muitas delas “foram traçadas por engenheiros militares e tinham formas geométricas regulares” (Reis Filho, 2000, p. 9). Ainda que modestas, as cidades portuguesas não seriam apenas “uma simples repetição inconsciente de padrões culturais, sem qualquer proposta de ordem racional” (Reis Filho, 1968, p. 77).

Paulo Santos afirma que a cidade colonial no Brasil tem sua origem duplamente na cidade informal da Idade Média e na cidade formalizada da Renascença. Por trás de sua aparente desordem existem para esse autor “uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade” (Santos, 2001, pp. 17-8). A cidade não obedecia a um plano prévio, mas nem por isso podia-se dizer que tudo seguisse a esmo. “Não seguia o método *dedutivo* comum nas cidades planejadas, mas o *indutivo*, partindo do particular para o geral”, com um aproveitamento do acidental, do particular. “Costumamos chamar a isso pitoresco. Mas há ali algo mais do que pitoresco; a associação do indivíduo ao todo na vida em comum [...]” (Santos, 2001, p. 22).

Ainda que considerando muito pouco freqüente a interferência das autoridades portuguesas em questões urbanísticas, Murillo Marx lembra que muito raras vezes fundou-se do nada uma cidade ou vila no Brasil. Até a primeira capital, Salvador,

“situou-se em área já conhecida, percorrida, ocupada e não muito longe antecedida por uma vila. E nossas vilas, em grande parte, na maioria das vezes, surgiram de regiões ainda que ermas e quase inóspitas, que conheciam uma ocupação rural e embriões de assentamentos urbanos” (Marx, 1991, pp. 71-2). Chama o autor a atenção para um aspecto pouco estudado da cidade colonial brasileira, que é a importância da Igreja na sua legislação e organização espacial e social. “Os adros foram por muito tempo [...] os pontos altos de todo o conjunto urbano, de toda a rede de seus espaços internos comuns” (Marx, 1988, p. 110). Não temos aqui a desordem tão propalada, mas “uma certa ordem, parecida com a encontrada na metrópole e em outras de suas colônias, que sugeria provir dum costume, duma tradição” (Marx, 1988, p. 112).

Parece ser consenso hoje entre os historiadores que no século XVIII, com as definições de fronteira com os espanhóis e com o governo pombalino, as normas ilustradas de planejamento e regularidade se impõem na América Portuguesa, principalmente nas novas cidades. Roberta Marx Delson demonstrou que o planejamento urbano desse período está de acordo com a política de controle do absolutismo. O padrão de cidade regular que se impõe nesse período “emerge como uma representação simbólica do ‘bom’ governo, sinal de que a sociedade está funcionando dentro de limites predeterminados e ordenados” (Delson, 1979, pp. xii-xiii). Essa racionalidade, presente mesmo em períodos anteriores, como mostra o fato de Tomé de Souza ter chegado ao Brasil com um plano prévio da capital Salvador e com um arquiteto da corte (Delson, 1979, pp. xi-xii, p. 75), contradiz a imagem celebrada da cidade “espontânea” e desordenada (Delson, 1979, p. 2). Essa lógica de planejamento teria se tornado mais forte e evidente com o desejo da Coroa em ter um maior controle sobre as novas povoações criadas nas novas regiões das minas, em avançar suas possessões sobre o interior da colônia e com o despotismo ilustrado do marquês de Pombal (Delson, 1979, pp. 26-7).

Carmen Aranovich considera que tanto portugueses como espanhóis partiam de um pressuposto comum para suas práticas colonizadoras: eles realizaram a conquista a partir de assentamentos que se podem chamar urbanos. Esses centros constituiriam uma unidade com os distritos rurais que lhes correspondiam, “não existindo diferenciação do ponto de vista político-administrativo” (Aranovich, 1983, p. 384). Para essa autora os processos urbanizadores das duas coroas ibéricas foram diferentes apenas enquanto as condições de colonização também se mantiveram diferentes. A fundação de cidades na América Portuguesa representaria para os seus habitantes “a segurança, ou ilusão de segurança, que produz o viver no marco de certa ordem legal preestabelecida”, além de representar a continuidade “de um modo de vida e costumes que transplantaram a um meio completamente novo” (Aranovich, 1983, p. 388). No entanto, ordem, clareza e traçados regulares não parecem ter sido frequentes, não porque não desejassem os portugueses, mas porque algumas condições impediam, como a enormidade das terras frente ao escasso número de colonos, inexistência de tribos sedentárias, topografia acidentada e o desconhecimento pela tradição urbana portuguesa do traçado retilíneo (Aranovich, 1983, p. 388).

Maria Fernanda Bicalho afirma que no caso brasileiro “o empenho urbanizador da Coroa através da criação de cidades ‘reais’, marítimas e fortificadas, consistiu num dos elementos fundamentais não apenas da posse e defesa do território, mas sobretudo do processo de colonização” (Bicalho, 1998, pp. 39-40). Diz ainda que é no espaço do Novo Mundo que as novas apreensões conceituais do território urbano, tematizadas pela Renascença, serão testadas e relativizadas (Bicalho, 1998, p. 41). As cidades coloniais atraem, ainda, os mais importantes funcionários da Coroa, encarregados da estrutura política, jurídica, administrativa, econômica e militar da colônia. Para essa autora a cidade colonial era “palco físico e simbólico das estruturas do poder político e econômico do Estado por-

tuguês, espaço de sua plena visibilidade e ao mesmo tempo lugar no qual nada deveria escapar à sua ação e controle” (Bicalho, 1998, p. 43).

Paulo Santos, comentando os estudos sobre a cidade no Brasil, observa a existência de três grupos ou linhas de interpretação: primeiro os que as consideram como não chegando a contradizer o quadro da natureza, exprimindo o desleixo do povoador, apoiados claramente na interpretação de Sérgio Buarque de Holanda; depois os que as encaram com complacência, como exprimindo soluções de canhestra ingenuidade do colono; no terceiro grupo estariam os que consideram um progresso as cidades construídas com traçados regulares. Diz o autor que ele aspira pertencer a um quarto grupo,

“partindo do princípio de que a sedução que as cidades de plano informal despertam no homem moderno, e vai ao ponto de as guindarem às altitudes de monumentos nacionais, resulta da genuinidade dessas cidades como expressão sincera da vida, e da autenticidade como interpretação de um sistema de conceitos urbanísticos cujas raízes recuam até os obscuros tempos da Idade Média peninsular – muçulmana a cristã” (Santos, 2001, p. 76).

Para ele, ainda, as cidades de traçados regulares, nesse sentido, são regressões, “abstrações do espírito de que a vida não participa” (Santos, 2001, p. 76).

Finalmente, nem medieval, nem pitoresca, nem ordenada, nem espontânea, para Giovanna Rosso Del Brenna a cidade colonial portuguesa teria sido barroca. Para essa autora a contribuição dos estudos que indicam uma política urbanizadora centralizada, principalmente no século XVIII, é importante, mas essa *reabilitação* e justificação do urbanismo português no Brasil é parcial, pois o “urbanismo” português “continua no fundo sendo avaliado de acordo com o modelo hispano-americano”. Esta visão, para ela, parte da “convicção da superioridade *intrínseca* da cidade de padrão rigorosamente geométrico sobre a cidade

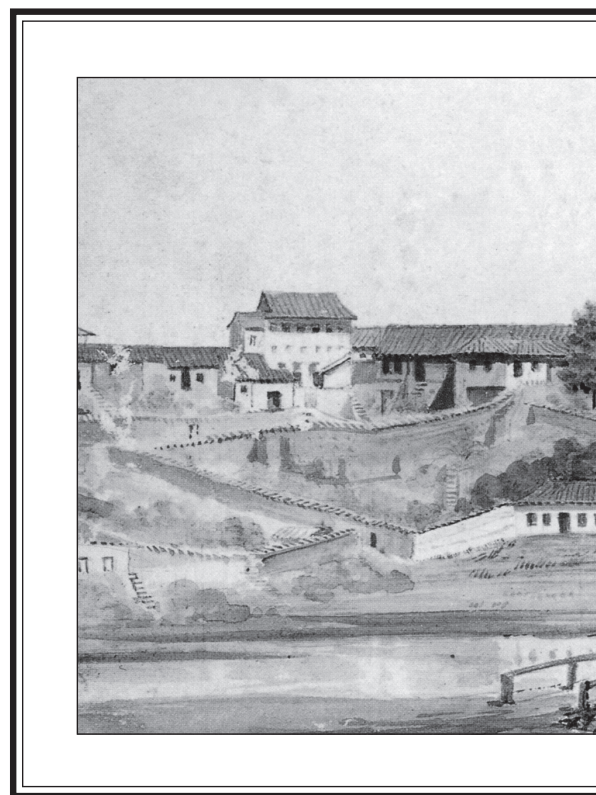
de formação espontânea ou semi-espontânea”, que não ajuda a compreender o espaço urbano colonial (Del Brenna, 1982-83, p. 142). Dialogando com Paulo Santos, Del Brenna sugere que as descrições de espaços urbanos que o arquiteto dá como sendo de origem medieval seriam na verdade barrocas. Apenas o caráter não-monumental dos edifícios e a pequena escala da maioria das realizações impediu, para ela, “uma leitura em chave barroca da cena urbana colonial no Brasil” (Del Brenna, 1982-83, p. 144). O crescimento urbano da cidade colonial portuguesa se configura, para ela, “como um processo espontâneo mas não casual; produto não tanto da incúria e da irracionalidade da qual falaram Sérgio Buarque de Holanda e Robert Smith [...] mas muito mais fruto de uma lógica diversa”, de acordo com as hierarquias e objetivos do projeto colonial português (Del Brenna, 1988, p. 452).

AS IMAGENS

Imagem da desordem, da irracionalidade, ora da dependência em relação ao campo, ora da auto-suficiência, as cidades coloniais são também a imagem do vazio: são vazias de atividade, movimento, economia, construções e povo. Imagens que se repetem insistentemente, que são projeções de outros observadores que visitaram e descreveram nossa natureza e nossos arremedos de cidades, os viajantes e naturalistas que por aqui passaram e deixaram por escrito o que supostamente viram e conheceram na América dos portugueses. Que imagens nos deram eles de nossas cidades coloniais?

Primeiramente o aspecto físico, as ruas, casas, edifícios públicos, aquilo que superficialmente define o urbano, de uma pobreza assustadora. Thomas Lindley, contrabandista britânico que foi hospedado por nossas prisões coloniais entre 1802 e 1803, observou sobre Porto Seguro que suas ruas “são suficientemente largas, retas, mas dispostas de maneira irregular. As casas têm

geralmente um só pavimento, são baixas e mal construídas, de tijolos moles, juntados com barro e recobertos de argamassa. Todas têm aspecto sujo e miserável” (Lindley, 1969, pp. 148-9). Com relação a Salvador a imagem não é menos negativa: as construções datam principalmente do século XVII, “sendo mal feitas, e, devido à fragilidade dos materiais empregados, estragam-se rapidamente, o que reduziu a aparência de muitas, outrora suntuosas” (Lindley, 1969, pp. 160-1). Não apenas mal traçadas, mas sobretudo sujas, as ruas “são apertadas, estreitas, miseravelmente pavimentadas, nunca estão limpas, apresentando-se sempre repugnantemente imundas” (Lindley, 1969, p. 163). Na Mogi-Mirim visitada por Saint-Hilaire em 1818 em sua viagem pela província de São Paulo, as casas “são baixas, muito pequenas e, em sua maioria feitas de paus cruzados e barro cinzento, o que lhes dá uma aparência muito triste. Não creio que, à época de minha viagem, o seu número passasse de muito de cem, tendo eu visto apenas duas que eram sobrados” (Saint-Hilaire, 1976, p. 105). As



ruas da *mal ladrilhada* São Paulo são planas e largas, porém “pequenas e nenhuma tem um traçado regular” (Saint-Hilaire, 1976, p. 128). Sorocaba, vista dos morros vizinhos até produz um efeito agradável na paisagem, mas observada de perto

“a cidade é muito feia. As ruas não são calçadas e, sendo em declive, apresentam sulcos profundos cavados pela água das chuvas. De um modo geral, as casas são pequenas havendo poucas com mais de um pavimento; são cobertas de telhas, feitas de taipa, e todas possuem um quintal plantado de bananeiras e laranjeiras” (Saint-Hilaire, 1976, p. 185).

Em alguns locais o nome de cidade nem se justifica, como era o caso da Franca visitada por Saint-Hilaire: à exceção de um pequeno número de artesãos e de comerciantes de produtos alimentícios “os habitantes do lugar eram todos agricultores, os quais, segundo o costume, possuíam casa na cidade apenas para aí passar o domingo, permanecendo o resto da semana em propriedades

rurais” (Saint-Hilaire, 1976, p. 89).

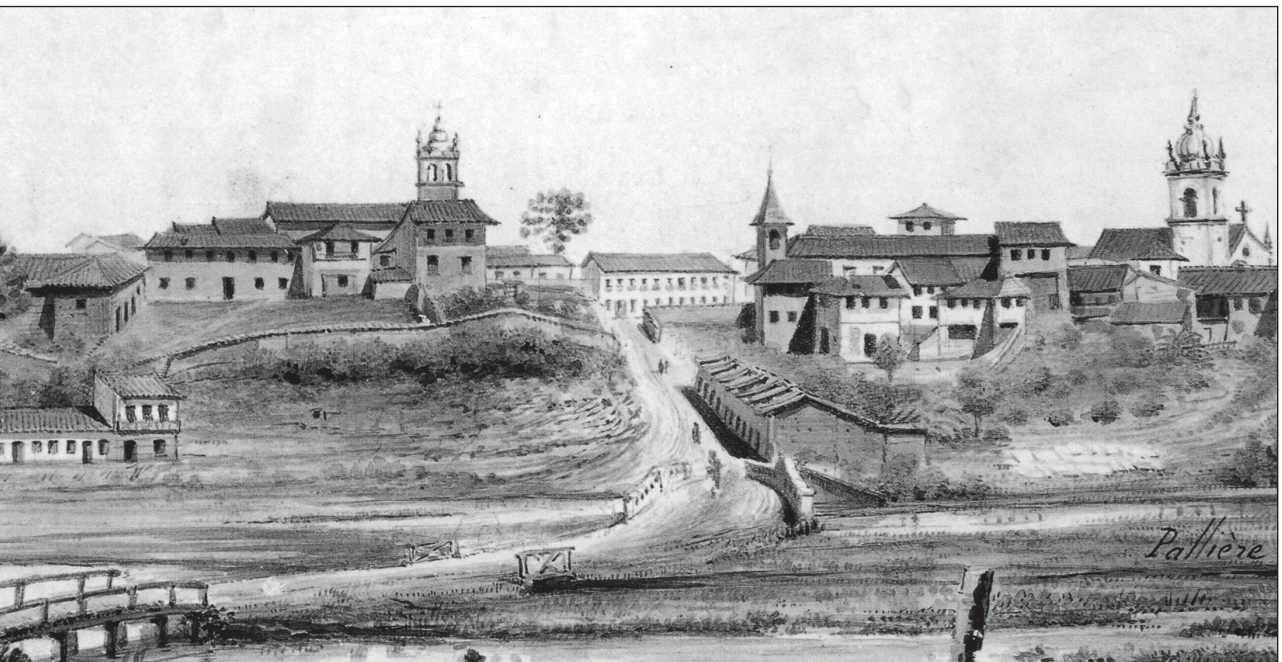
O Rio de Janeiro ainda não era a Cidade Maravilhosa de hoje, embora tivesse alguns admiradores. Na primeira metade do século XIX, quando é visitada pelo comerciante inglês John Luccock, ainda não há muito do que se gabar na opinião desse observador. Diz ele que os edifícios públicos das grandes cidades da Europa emprestaram aos do Rio seus nomes e finalidades,

“comunicando-lhes porém, pouca coisa além disso; pouco do seu esplendor e, se possível, menos ainda da sua propriedade. Acontece com as instituições públicas algo de mui semelhante; não passam, no geral, de arremedos pifamente falhos dos originais que pretendem imitar” (Luccock, 1942, p. 37).

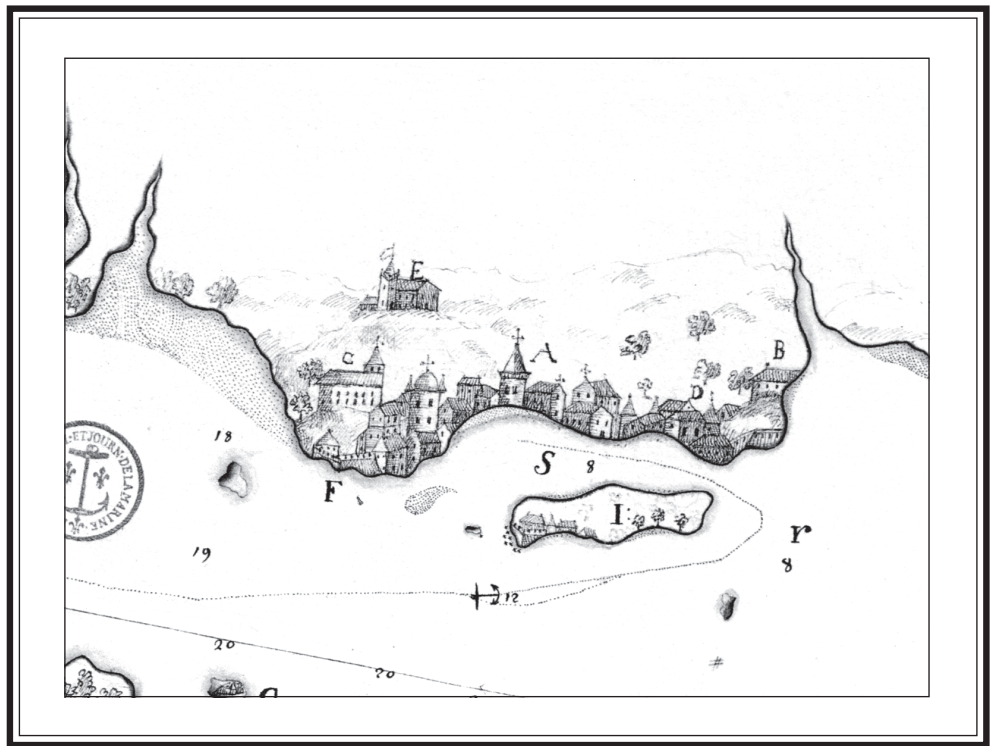
A Catedral carioca, na descrição de Luccock,

“consiste numa edificação baixa, singela e compacta [...]. Dentro, as paredes são caiadas, sem ornamentações e sujas. O altar, por sua vez, é tão simples quanto a igreja

Vista da cidade de São Paulo – parte sul.
Original manuscrito da Coleção Dr. João Moreira Garcez (1821)



*Detalhe do
Plan de Rio
jenairio,
original
manuscrito da
Bibliothèque
Nationale,
Paris (1731)*



revelando o conjunto que muito pouco aproveitou de qualquer das predileções dos grandes ou dos ricos. A orquestra fica na extremidade sul, desajeitadamente pregada rente ao forro. Em redor vêem-se os sinais de muitos alicerces, muitos deles crescidos de mato” (Luccock, 1942, p. 37).

Tão decadente é a imagem desse templo que até mesmo a natureza se apossa de seu espaço, crescendo o mato dentro da principal igreja da cidade. Ewbank, apesar de louvar a beleza do convento de São Bento do Rio, não se deixa seduzir por suas ruas. “As ruas são geralmente retas, mas a Rua Direita é curva”. Como Damasco, as cidades católicas têm sempre uma rua chamada direita por mais sinuosa que seja. São estreitas, desviando dos acidentes geográficos da cidade, as montanhas e as praias, as carruagens passam muito próximas das fachadas das casas.

“A Rua do Rosário é uma genuína rua mourisca antiga [...]. Como é penoso para os animais puxarem carros por esses caminhos! No entanto o que se poderá dizer dos sacrifícios humanos em suor e esforços, in-

cessantemente oferecidos em tais ruas como em muitos altares” (Ewbank, 1976, p. 73).

Spix e Martius também não se impressionam com a feição arquitetônica do Rio. Observam eles que as construções da cidade são em geral “de feição mesquinha e semelhantes às da parte velha de Lisboa” (Spix e Martius, 1976, v. 1, p. 43), embora acrescentem que a presença da corte deve influir positivamente neste aspecto. Em outras cidades menores, o aspecto é ainda mais desolador. Oeiras não passa de “uma povoação insignificante, que consta de algumas ruas irregulares, com casas baixas de barro caiadas de branco” (Spix e Martius, 1976, v. 2, p. 217). Em São Luís, no Maranhão, “as ruas são irregulares, parte em ladeiras, e mal calçadas ou sem calçamento. A residência do governo apresenta extensa fachada, faltando-lhe, porém, a dignidade e elegância próprias desses edifícios” (Spix e Martius, 1976, p. 244). Observam que Salvador está localizada em “terreno desigual”, numa escarpa íngreme que deixa espaço ao longo da praia para apenas uma única rua principal, cortada no meio por alguns becos. “Vastas fachadas

de trapiches a armazéns, à beira-mar, e em cima, altas casas de morada, em cuja face para o mar existem compridas varandas de madeira, deixam esperar antes uma cidade comercial e populosa do que belamente edificada” (Spix e Martius, 1976, p. 129). Opinião compartilhada por Rugendas, para quem na Bahia há “grande número de edifícios públicos, mas eles são muito mais notáveis pelo tamanho que pela beleza da arquitetura” (Rugendas, 1979, p. 86). Sobre Vila Rica, Rugendas não deixa de sublinhar também a feiúra de sua arquitetura. Diz ele que as igrejas e edifícios públicos da cidade, do ponto de vista artístico, não apresentam nada de notável. “Datam, quase todas as igrejas e outras construções, de uma época em que a arquitetura se achava em plena decadência, não somente em Portugal mas ainda em quase todos os países da Europa” (Rugendas, 1979, p. 71). Mistura de estilos, decadência, resíduos góticos, “infelizes imitações do antigo”, tudo misturado sem arte. Na colônia explica-se também a falta de gosto e arte pelo fato de que os artistas que

abandonaram a metrópole não eram precisamente os melhores, “o que explica por que os edifícios mais vastos e mais ricos do Brasil são desprovidos de beleza” (Rugendas, 1979, p. 72).

Não é apenas nos edifícios públicos que se mostra a pobreza e a desordem das cidades brasileiras, mas também nas casas particulares, mesmo daqueles mais ricos. “Nem nas casas, nem no mobiliário, conseguimos encontrar muitas coisas que nós nos acostumamos a considerar como essenciais ao conforto; não as encontramos nem mesmo nas habitações mais espaçosas e fornidas” (Luccock, 1942, p. 80). Mesmo nos sobrados dos ricos a sensibilidade do civilizado é ferida, tamanha a falta de conforto e higiene. Diz Luccock que nesses sobrados há uma área aberta para a entrada de carruagens e cavaleiros:

“Um largo lance de degraus conduz do pátio ao andar de cima, onde se encontram os cômodos de estar e de dormir, dos quais alguns bastante ofensivos à delicadeza britânica, por causa da bulha, do calor e do

Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro..., original do livro de Vilhena, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (1775)



forte cheiro de animais guardados embaixo; mas essas coisas pareciam não produzir efeitos desagradáveis nos nervos de brasileiros” (Luccock, 1942, p. 80).

Ewbank chama a atenção de que a maioria das casas no Rio possui dois andares, algumas três e muitas apenas um,

“todas grotescamente misturadas como na maioria das cidades antigas. Não se encontra uma quadra uniformemente construída. Não existe o que nossos construtores chamariam de bela fachada pois todas as entradas ficam no nível da rua, não sendo permitidos nem escadas nem pórticos. Não há também no Rio uma casa de tijolos ou de madeira. Todas têm paredes de pedra bruta (como os alicerces de nossos prédios) cobertas de reboco de cal e marga” (Ewbank, 1976, p. 74).

Pois nos deparamos aqui não apenas com a feiúra, mediocridade e insignificância das cidades brasileiras, mas com a falta de civilidade, de decoro e de educação. Falta ao Brasil a *urbanidade* dos modos e costumes que fazem de um país uma civilização. Para Lindley, por exemplo, a origem portuguesa faz dos brasileiros menos civilizados. Comentando a “imundície e grosseria dos desgraçados” que o rodeiam, ou seja, “o costume chocante de uns catarem piolhos nas cabeças dos outros”, observa que não é surpresa aos que “já tenham visitado a Espanha, Portugal ou o sul do continente europeu”. Com o agravante de que o que se observa apenas entre o vulgo nesses países, no Brasil é encontrado em todas as classes (Ewbank, 1976, p. 53). Mesmo Maria Graham, muito mais simpática ao Brasil do que o contrabandista Lindley, não deixa de notar a falta de civilidade das casas brasileiras, mais especificamente dos portugueses do Brasil. No Rio de Janeiro visita algumas famílias portuguesas com uma compatriota inglesa: “as casas, na maior parte, são repugnantemente sujas”. Sua delicadeza britânica, confirmando a impressão de Luccock, também é ferida com as celas para escravos e cavalariças dos andares térreos, e com a visão de se-

nhoras que dificilmente poder-se-ia acreditar que fossem de sociedade.

“Como não usam coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços no pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, nesse clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal penteado e desgrenhado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho” (Graham, 1956, p. 148).

Também os homens portugueses “têm todos aparência desprezível. Nenhum parece ter qualquer educação acima da dos escritórios comerciais e todo o tempo deles é gasto, creio eu, entre o negócio e o jogo” (Graham, 1956, p. 157). Faltando a civilidade, não se desenvolveu aqui o gosto. A mesma Maria Graham observa nas casas que visitou gravuras e pinturas, “as últimas os piores borrões que nunca vi”, que “decoravam geralmente as paredes” (Graham, 1956, pp. 148-9). E Saint-Hilaire, apesar de elogiar a beleza das casas dos habitantes mais graduados de São Paulo e sua hospitalidade, não deixa de notar que as suas salas “são ornadas de gravuras, as quais, entretanto, são constituídas pelo refugo das lojas européias. Era tão pouca a noção de arte do povo do lugar, à época de minha viagem, que eles nunca deixavam de me chamar para admirar suas obras-primas” (Saint-Hilaire, 1976, p. 128).

A hora das refeições deixava claro aos visitantes estrangeiros a falta de lustro civilizador desta “terra de misérias” habitada por “novos godos” (Lindley, 1969, pp. 50 e 163). Lindley fica chocado com os modos dos convidados de um jantar na casa do capitão José Joaquim Veloso, em Salvador, que, apesar de serem bem mais finos do que os que havia conhecido em Porto Seguro, possuíam “o horrível costume do país, qual seja, o de comer com as mãos, em

vez de usar facas e garfos, posto que não houvesse falta desses utensílios” (Lindley, 1969, p. 63). A sensibilidade britânica de Luccock foi mais uma vez ferida em uma refeição da qual participou:

“Comem muito e com grande avidez, e apesar de embebidos em sua tarefa, ainda acham tempo para fazer grande bulha. A altura da mesa faz com que o prato chegue ao nível do queixo; cada qual espalha seus cotovelos ao redor e, colocando o pulso junto à beirada do prato, faz com que por meio de um pequeno movimento hábil, o conteúdo todo se lhe despeje na boca. Por outros motivos além deste não há grande limpeza nem boas maneiras, durante a refeição; os pratos não são trocados, sendo entregues ao copeiro segurando-se o garfo e faca numa mesma mão; por outro lado, os dedos são usados com tanta frequência quanto o próprio garfo. Considera-se como prova incontestável de amizade alguém comer do prato de seu vizinho; e, assim, não é raro os dedos de ambos se vejam simultaneamente mergulhados num só prato” (Luccock, 1942, p. 84).

Uma das causas de tanta barbárie pode ser o fato de se observar tão pouco, neste país,

“a matéria de subordinação de classes. A França, em sua fase de mais completa revolução e igualdade dos cidadãos jamais o excedeu a esse respeito. Vê-se aqui, o empregado branco conversar com o patrão em termos de igualdade e cordialidade, discutir-lhe as ordens e questionar a seu respeito, se são contrárias à *opinião que julgue mais fundada*” (Lindley, 1969, p. 71).

Talvez o que explique isso seja a mistura de raças e de mestiços, que em São Paulo, para Saint-Hilaire, resulta em “complicações não só embaraçosas para a administração como perigosas para a moral pública” (Saint-Hilaire, 1976, p. 71). Esses mestiços de índias e brancos, tão comuns nos campos de Piratininga, “são tão pouco previdentes quanto os seus antepassados [os índios] e talvez mais apáticos do que

eles. Podemos acrescentar ainda que à indolência desses homens se juntam, de um modo geral, a palermice e a impolidez” (Saint-Hilaire, 1976, p. 85).

O catolicismo pitoresco das cidades portuguesas na América é um dos índices de sua incivilidade; ele é, nas imagens de viajantes e naturalistas, ao mesmo tempo causa e consequência da aparência desordenada e suja e da falta de civilidade desses centros urbanos. Observando a procissão de Nossa Senhora da Conceição da Praia em Salvador, Lindley se surpreende com a veneração “que essas imagens despertam no povo, que geralmente as adora de maneira devota e abjecta, como se contivessem a essência da própria Divindade, baixada à terra na ocasião, *in propria persona*” (Lindley, 1969, p. 83). No dia de Reis, músicos ambulantes cruzam as ruas em grupos, “indo de casa em casa, sem a menor cerimônia, e fazendo em cada uma o mais bárbaro tumulto; e depois de repetirem as mesmas tolas formalidades, seguem adiante para importunar o morador mais próximo”. Muito mais do que uma comemoração cristã, pareceu ao contrabandista “um carnaval italiano, cheio de confusão, mas sem o espírito picante e o vivo interesse que inspira esta festa” (Lindley, 1969, p. 100). Saint-Hilaire também questiona a religiosidade atrasada e pitoresca dos brasileiros. Assistindo à Procissão de Cinzas em São João Del Rei ele se impressiona com as imagens de gosto duvidoso levadas pelos fiéis, que não faziam justiça à seriedade e importância do evento:

“Essa série de figuras era de uma bizarria extrema; havia, entretanto, pior gosto no conjunto do que nas minúcias. As roupas convinhavam às personagens que as vestiam; as tintas eram frescas, e não pude deixar de achar as imagens muito bem esculpidas, pensando, sobretudo, que elas o foram, no próprio lugar, por homens desprovidos de bons modelos. O que a procissão exibia de mais ridículo eram as crianças de raça branca, que seguiam cada andor e representavam anjos. A seda, os bordados, as telas e fitas tinham sido tão prodigalizados nas suas

vestimentas, que apenas podiam caminhar, perdidos no meio do ridículo” (Saint-Hilaire, 1944, p. 100) (*).

Luccock também deplorou aspectos da religiosidade dos luso-brasileiros e seus preconceitos, que lhes impediam uma dieta mais saudável. Observa ele que o povo costuma se alimentar de carne de porco com muita avidez, “como se o encantassem todas as oportunidades de demonstrar que não são nem judeus nem maometanos. Duvido no entanto que essa espécie de alimento, tal como é produzido no Brasil, possa constituir uma dieta não só desejável como saudável” (Luccock, 1942, p. 31). Já o carneiro não é consumido porque dizem que “não é comida própria de cristão”, por ter sido “o Cordeiro Divino que tomou consigo os pecados do mundo” (Luccock, 1942, p. 30). É curioso observar que uma *viajante* contemporânea, Elizabeth Bishop, que viveu mais de vinte anos no Brasil, reproduz muitas das imagens que seus antecessores cristalizaram na historiografia. Diz ela em carta de 27 de julho de 1960, ao poeta Robert Lowell, que a igreja do Brasil

“vive me dando calafrios protestantes. Uma noite no Rio, pedi emprestado uma camisa numa situação de emergência. Quando fui me deitar, senti alguma coisa me arranhando o peito, na altura do coração; procurei e encontrei uma coisa presa com alfinete. De início pensei que fosse uma esponja de pó-de-arroz pequena – talvez uma nova maneira de se perfumar –, mas quando peguei o objeto vi que nele havia uma inscrição, quase invisível: ‘Agnus Dei’. Isso pertencia a uma mulher que eu sempre considerava *inteligente*, embora católica – uma das boas” (Bishop, 1995, p. 417).

DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO: TU NÃO TE MOVES DE TI

É basicamente no século XIX que as imagens da cidade colonial se cristalizam: é

nesse momento que o urbano se torna um problema de fato; é nesse momento também que se começa a definir a idéia de Nação brasileira cada vez mais separada de Portugal, cada vez mais oposta ao passado colonial e à opressão lusitana. Define-se também nesse momento um narrador de ficção que tematiza o que é o Brasil, quais suas origens, e junto com esse narrador de ficção se define igualmente um narrador histórico, objetivo e voltado às fontes e documentos. Para isso os viajantes são imprescindíveis, pois eles dão confiabilidade e veracidade às imagens que criam em sua prosa e em suas pranchas. “O que parece dar confiabilidade a essas impressões e notas é, de um lado a própria existência da viagem, de outro, o fato de se tratar de um ‘olhar de estrangeiro’. De se tratar de alguém de fora, mas que de fato teria testemunhado o que narra” (Süssekind, 1990, p. 49). Testemunhos estes que são tanto descritivos como visuais, cujas imagens teriam um “caráter probatório”, que “seria tanto mais histórico quanto pudesse comprovar a coincidência de traços nela presentes com os desse real externo, objetivo, a cidade que lhe serviu de modelo” (Meneses, 1996, p. 153). Tendo visto, testemunhado e observado, e ainda mais sendo estrangeiros, o que lhes dava uma *objetividade* que outros não teriam, suas descrições e imagens recebem o estatuto de *fiabilidade* com o real.

Essa prosa de ficção e a história nacional que se desenvolvem nesse momento buscam dar densidade e fiabilidade a esta *paisagem* brasileira, um compromisso em afirmar “uma ‘essência original da nacionalidade’” (Süssekind, 1990, p. 127). Viajantes e cronistas se movem pela cidade colonial, mas é como se não se *movessem de si mesmos* em suas descrições. “Descrição e interpretação já vêm juntas” (Süssekind, 1990, p. 162) nesses relatos aparentemente objetivos, por serem narração do visto e do vivido, relatados por quem esteve lá e realmente experimentou o que descreve. Esses viajantes estão condenados a dizer sempre a verdade, a descrever sempre o real; espera-se deles, enquanto observadores externos e desinteressados, uma visão objetiva que apenas retrate o verdadeiro, o exis-

* Devo a minha amiga Maria Regina Emery Quites a indicação desta paisagem.

tente. Sua atenção é voltada aos costumes *típicos, peculiares e pitorescos*, que fazem parte daquilo que forma a identidade e a particularidade do Brasil. Por seu turno, a historiografia quase nunca *se move* das imagens criadas por esses observadores e por outros que deixaram relatos sobre as cidades coloniais, como funcionários régios, administradores e cronistas, nem da idéia do planejamento urbano como algo intrinsecamente bom e desejável. Espera-se encontrar o planejamento na América Portuguesa antes mesmo que ele tenha sido sistematizado na Europa, na segunda metade do século XIX. Se de um lado uma parte da historiografia nega o ordenamento urbano às cidades portuguesas na América, outra parte procura os indícios de sua presença; mas a própria idéia do ordenamento e do planejamento não é questionada.

As imagens criadas pelos viajantes sobre as cidades têm como substrato, na verdade, a imagem de natureza e de civilização que eles trazem ao Brasil. É a natureza que interessa à maioria deles, não o urbano. O que caracteriza as terras deste Novo Mundo é sua natureza exuberante, edênica, que ao mesmo tempo fascina e horroriza, que impede o desenvolvimento da civilização, e as cidades são vistas como tributárias dessa natureza que a tudo domina. Spix e Martius ao iniciarem a sua descrição do Rio de Janeiro observam que quem chega convencido a encontrar nesta parte do mundo descoberta há apenas três séculos uma natureza inteiramente “rude, violenta e invicta”, poderia esperar que ao menos na capital do Brasil, com a influência da cultura da “velha e educada Europa”, se encontrasse um espaço alheio à selvajaria americana.

“Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa que de agrado. A natureza

inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria” (Spix e Martius, 1976, pp. 41-2).

Não é apenas a pobreza material, a irregularidade do traçado urbano ou as ruas tortas e mal calçadas que caracterizam a cidade colonial no Brasil, mas a falta da urbanidade, dos traços de civilização sem os quais não se pode falar em cidades, ao menos em verdadeiras cidades. O caso da São Paulo estudada por Ana Edite Montóia é emblemático da cidade colonial portuguesa da América. “Quando administradores e viajantes reclamam da aparência ‘primitiva’ de São Paulo, é evidente a referência: o arcaísmo não está vinculado à persistência da vida campestre, mas à *ausência dos paradigmas definidores* da urbanidade como sinais de uma cidade civilizada” (Montóia, 1990, p. 10). É exatamente isso que para Spix e Martius não faz do Rio de Janeiro, apesar de suas construções, de seu comércio, de seu aspecto europeu, uma verdadeira cidade. Partimos aqui dessa opção pela idéia de uma vida urbana diferenciada da vida do campo, ou da natureza, que “coloca em destaque a noção de *artifício*, da arte do homem distinguindo-o definitivamente dos outros seres do mundo animal, e remete para a concepção de *arte* como transposição de uma *idéia* em uma *obra*, como algo intrínseco ao campo da racionalidade e da industriabilidade” (Bresciani, 1992, p. 11).

Essa cidade vista por cronistas, viajantes e historiadores “é desordenada, submetida à natureza hostil e sem atrativos. Atrofiada pela ignorância, reclusa e grave, parece esterilizada pelos seus próprios referenciais: privacidade, valores antiquados, criatura arruinada, impenetrável e opaca” (Montóia, 1990, p. 11). Preocupada em romper com a tradição colonial portuguesa e com a dependência, em denunciar os defeitos dessa cidade e justificar as mudanças urbanísticas de inícios do século XX, em romper com esse tecido urbano tão preso às tradições rurais, pertencentes ao

atraso, a historiografia se apóia nas descrições que acusam, nessa cidade, a ausência da verdadeira civilidade, somente possível com o advento da Nação. Essas imagens servem, numa concepção de “continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades contemporâneas” (Bresciani, 1992, p. 12), para explicar, por meio da *desordem* da cidade colonial, o *caos* da cidade moderna, que exige, assim, uma ação reformadora e atualizadora. A incúria dos administradores portugueses, a falta de planejamento, a espontaneidade que deixava as soluções urbanas nas mãos dos “caprichos” de seus moradores, explicam a cidade do presente e seus problemas.

Essa cidade é adjetivada como católica, mourisca, antiga, velha, sensual, africana, em oposição à cidade européia e ordenada: ela não deixa de ser cidade, como lembram Spix e Martius, mas não é todavia a cidade

do artifício, da arte e da obra; ela é ainda o que nos prende ao atraso da colonização. A improvisação de uma espécie de burguesia urbana no Brasil teria trazido às cidades certas atitudes peculiares até então ao patriciado rural que não se coadunam com a vida urbana. “Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes” (Holanda, 1988, pp. 55-6). O oficial de carpinteiro descrito por Luccock e citado por Sérgio Buarque de Holanda, que se vestia à maneira de fidalgo e se recusava a usar das próprias mãos para carregar as ferramentas de seu ofício, é o exemplo de que o passado de dependência e de atraso do domínio português na América persistia e que a urbanização não estava completa pois, se a cidade tornara-se *urbs*, todavia não era *civitas*.

BIBLIOGRAFIA

- ARANOVICH, Carmen. “Notas sobre la Urbanización Colonial en la América Portuguesa”, in Francisco de Solano (coord.). *Estudios sobre la Ciudad Iberoamericana*. 2ª ed. ampl. Madrid, CSIC, Instituto “Gonzalo Fernández de Oviedo”, 1983, pp. 383-98.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. Trad. port. Pier Luigi Cabra. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios. Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio/UnB, 1997.
- AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e Cidades no Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva”, in *Boletim n. 208 da FFCL da USP, Geografia*, n. 11. São Paulo, 1956.
- _____. “São Paulo, da Vila Quinhentista à Metrópole Regional”, in *Boletim Paulista de Geografia*, n. 39, 1961, pp. 12-46.
- BICALHO, Maria Fernanda B. “O Urbanismo Colonial e os Símbolos de Poder: o Exemplo do Rio de Janeiro nos Séculos XVII e XVIII”, in *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXIV(1), Porto Alegre, PUCRS, jun./1998, pp. 31-57.
- BISHOP, Elizabeth. *Uma Arte: as Cartas de Elizabeth Bishop*. Trad. de Paulo Henriques de Brito. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Imagens de São Paulo: Estética e Cidadania”, in Antônio Celso Ferreira, Tânia Regina de Luca, Zilda Gricoli Iokoi (orgs.). *Encontros com a História: Percursos Historiográficos e Históricos de São Paulo*. São Paulo, Unesp, Fapesp, ANPUH, 1999, pp. 11-45.
- _____. “Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades”, in Ana Fernandes, Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (orgs.). *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador, UFBA/FAU/Anpur, 1992, pp. 11-26.
- _____. “As Sete Portas da Cidade”, in *Espaço & Debates*, 34, São Paulo, Neru, 1991, pp. 10-5.
- DECCA, Edgar de. “Raízes do Brasil, um Ensaio das Formas Históricas”, in Edgar de Decca, Rita Lemaire (orgs.). *Pelas Margens: Outros Caminhos da História da Literatura*. Campinas, Unicamp, 2000.
- _____. “Decifra-me ou Devoro-te: as Metáforas em Raízes do Brasil”, in *Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani*, 2, Roma, 2000.
- DEL BRENNIA, Giovanna Rosso. “Medieval ou Barroco? Proposta de Leitura do Espaço Urbano Colonial”, in *Barroco*, 12, Belo Horizonte, 1982-1983, pp. 141-5.

- _____. "La Città Coloniale Portoghese. Rio de Janeiro tra il XVI e il XVIII Secolo", in VV.AA. *Estúdios Sobre Urbanismo Iberoamericano. Siglos XVI al XVIII*. Sevilla, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, Asesoría Quinto Centenário, 1988, pp. 448-59.
- DELSON, Roberta Marx. *New Towns for Colonial Brazil, Spacial and Social Planning of the Eighteenth Century*. Ann Arbor, Syracuse University, University Microfilms International, 1979.
- EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil; ou, Diário de uma Visita à Terra do Cacaveiro e das Palmeiras*. Trad. port. Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976.
- GLEZER, Raquel. "*Chão de Terra*": um Estudo sobre São Paulo Colonial. Tese de Livre-Docência apresentada ao Dep. de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil, e de uma Estada nesse País Durante Parte dos Anos de 1821, 1822 e 1823*. Trad. e notas de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.
- KING, Anthony D. "Colonial Cities: Global Pivots of Change", in Robert J. Ross, Gerard J. Telkamp (eds.). *Colonial Cities*. Dordrecht, Martinus Nijhoff, 1985, pp. 7-32.
- LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*. Trad. de Thomaz Newlands Neto. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.
- LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio-de-Janeiro e Partes Meridionais do Brasil Tomadas Durante uma Estada de Dez Anos nesse País, de 1808 a 1818*. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo, Martins, 1942.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, Séculos XVII a XX*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- MARX, Murillo. *Nosso Chão: do Sagrado ao Profano*. São Paulo, Edusp, 1988.
- _____. *Cidade no Brasil: Terra de Quem?* São Paulo, Nobel/Edusp, 1991.
- _____. "Olhando por Cima e de Frente", in *Revista USP*, nº 30, São Paulo, CCS-USP, jun.-ago./1996, pp. 170-81.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Morfologia das Cidades Brasileiras. Introdução ao Estudo Histórico da Iconografia Urbana", in *Revista USP*, 30, São Paulo, CCS-USP, jun.-agos./1996, pp. 144-55.
- MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. *Cidade e Política: São Paulo no Século XIX*. Dissertação de mestrado em História apresentada ao IFCH, Unicamp. Campinas, 1990.
- OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. 2ª ed. Brasília, Ebrasa/INL, 1971.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades Estreitamente Vigeadas: o Detetive e o Urbanista*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500 – 1720)*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1968.
- _____. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2000.
- RONCAYOLO, Marcel. "Cidade", in Ruggiero Romano (dir.). *Enciclopédia Einaudi*, v. 8: Região. Trad. port. Irene Gil. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, pp. 396-487.
- ROSS, Robert J., TELKAMP, Gerard J. "Introduction", in Robert J. Ross, Gerard J. Telkamp (eds.). *Colonial Cities*. Dordrecht, Martinus Nijhoff, 1985, pp. 1-6.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet. 8ª ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1979.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Trad. de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976.
- _____. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. Trad. de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.
- SEED, Patricia. *Cerimônias de Posse na Conquista Européia do Novo Mundo. (1492-1640)*. Trad. de Lenita R. Esteves. São Paulo, Unesp, 1999.
- SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880: Discurso Ideológico e Organização Espacial*. São Paulo, Moderna, 1984.
- SMITH, Robert C. "Colonial Towns of Spanish and Portuguese America", in *Journal of the Society of Architectural Historians*, XIV (4), Philadelphia, dec./1955, pp. 3-12.
- _____. "Urbanismo Colonial no Brasil", in *Bem Estar. Urbanismo, Habitação*. Ano 1 (1). São Paulo, fev.-mar./1958, pp. 14-22.
- SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*. Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer, rev. por B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3ª ed. rev. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INL, 1976.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil Não É Longe Daqui. O Narrador, a Viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.